

## AValiação DA UNIVERSIDADE

Olavo de Faria Galvão

Procura-se neste trabalho apresentar alguns fundamentos e a experiência de um sistema de avaliação não arbitrário e não comparativo. Discute-se o caminho político para a superação do atual modelo geral de avaliação que desemboca em letras e números que são atribuídos ao aprendiz.

Toda atividade de ensino nas instituições escolares converge para uma avaliação final sob a forma de conceitos ou notas retirados de uma escala ordinal com um máximo e um mínimo e valores intermediários. Em geral, também, esses valores estão acima ou abaixo de um limite intermediário que é usado como um mínimo para aprovação do estudante.

Desde o surgimento do método de instrução personalizada (Keller), entretanto, ficou cientificamente comprovada a viabilidade de se incluir na escola a exigência de perfeição ou 100% de acerto como condição para a evolução do estudante através das unidades de ensino. Ficou patente que as avaliações unificadas são

pedagogicamente contraproducentes na medida em que as aferições de aprendizagem ocorrem muitas vezes antes da aprendizagem ter ocorrido. E na medida em que as avaliações em geral marcam o momento a partir do qual o professor considera-se isento de responsabilidade com relação à aprendizagem exigida.

Se, por um lado, a crítica da pedagogia e do sistema escolar enfatiza que a escola na sociedade capitalista não é um sistema de ensino, mas de seleção dos que têm condições de aprender, por outro, as propostas de renovação tem sido sistematicamente ignoradas e combatidas no nascedouro. Isso só favorece ao sistema vigente.

A experiência brasileira com o autoritarismo na universidade gerou um nível muito alto de apatia e irresponsabilidade por parte da comunidade que, não tendo sido consultada para a implantação do sistema vigente não procura, também, participar ativamente da tarefa de renovação.

Atualmente a universidade, assim como todo o sistema escolar, está anacrônica. E esse anacronismo atinge em cheio o processo de ensino aprendizagem. São tantos problemas e de tal monta, que a tarefa de melhorar a escola precisa ser uma tarefa coletiva e baseada em fundamentos consensuais. As iniciativas isoladas até agora surgidas precisam de uma análise para definição dos pontos essenciais a serem atacados e de como fazê-lo.

Sei que não há espaço aqui para abranger toda a problemática educacional, mas sei, também, que nenhuma proposta pode ser desvinculada do quadro geral. Vamos tratar da questão da avaliação sabendo que uma mudança na postura e filosofia de avaliação é, também, uma mudança na postura e filosofia de ensino.

As notas e os conceitos são formas de rotular os indivíduos tendo como base o desempenho em determinadas atividades. Pois bem. Suponhamos um curso qualquer

em que um estudante tenha acertado cinquenta por cento das questões propostas. Digamos que essa disciplina seja pré requisito para outra. O que vai ocorrer com o desempenho desse indivíduo nessa segunda disciplina? Obviamente "faltarão base" para o desempenho bem sucedido.

Mas tanto para o professor como para o estudante, como para a burocracia, tudo estará na mais perfeita ordem. Agora, se o estudante sair-se mal nessa disciplina, receberá o devido rótulo ou nota e será obrigado a repeti-la, mesmo continuando "sem base".

Enfim, o que se passa na escola é que os professores estão sendo exigidos para "darem a matéria" e não para ensinar. Pouco importa a realidade e menos ainda a aprendizagem.

Um sistema de avaliação não arbitrário não é um bicho de sete cabeças, ao contrário, é o sistema adotado na maioria das atividades humanas extra-escola. Parece-se mais com o controle de qualidade; é a avaliação do produto e não do produtor.

Se em uma disciplina como por exemplo Citologia o estudante tem que reconhecer ao microscópio qualquer uma de trezentas lâminas, ele tem que aprender a reconhecer todas. O tempo necessário para tal aprendizagem é necessariamente variável para cada indivíduo e dependente das condições de trabalho.

Fora da escola a avaliação é sempre do produto e não do elaborador. Isso é assim porque enquanto na "vida real" a razão para as ações é objetiva e o produto das ações é utilizado, na escola a razão para as ações é demonstrativa e o produto não tem valor prático.

Na escola os estudantes são considerados como subalternos e, mais que isso, como "futuros profissionais". Enquanto estudantes não levados a sério e quase nunca recebem incumbências reais, em que o produto

de seu trabalho seja útil. No entanto, é exatamente no estágio prático profissionalizante, ao final do curso, que o estudante começa a ter contato com a prática profissional, quando muitas vezes já é tarde para rever ou reiniciar a aprendizagem que para ele parecia destituída de sentido, das matérias que se queria que ele estudasse 'para passar'.

A atribuição de notas e conceitos aos estudantes é uma forma artificial de se colocar todas as matérias e assuntos do currículo como igualmente importantes. Todas devem ser aprendidas não porque são necessárias no repertório do profissional, mas porque são cobradas em tais e tais datas para a atribuição de notas. A doença da cola não deve ser um problema pessoal de falta de moral que grassa entre os estudantes. Provavelmente a cola é uma das consequências da artificialidade da avaliação.

.....

Desde o 1º semestre de 1979 passei a adotar o seguinte sistema: no primeiro dia de aula aviso aos estudantes que não haverá controle de frequência a não ser para acompanhamento, e que todos receberão o conceito EXC (Excelente) e 100% de frequência no relatório final da disciplina. No programa consta que os exercícios serão corrigidos e devolvidos para reelaboração até que estejam corretos por inteiro.

Dentre inúmeras consequências de tal procedimento, salta aos olhos a incredulidade dos estudantes. Eles simplesmente tem uma grande dificuldade para aceitar isso como verdade. Durante o transcorrer do semestre, apesar de reiterados esclarecimentos sempre volta a dúvida quanto aos critérios para a nota e a frequência.

Mas a consequência mais espetacular desse procedimento é que o conceito ou nota, perdendo o significado, já não é o êmulo para a atividade. De fato, a eliminação da nota como horizonte, como o ponto final, fa-

com que as atividades propostas tenham que ser avaliadas dentro de razões profissionais, isto é, dentro da perspectiva de um treinamento profissional em que essas atividades permitem a aquisição de repertórios necessários ao desempenho profissional.

Outra consequência interessante é a perda de um padrão comparativo que permita facilmente a postura competitiva; evitando-se, assim, posturas de 'gênios' e de 'desprezados'.

Quanto à frequência dos estudantes, pude verificar que ela está muito mais ligada ao programa do que a esses artifícios como frequência obrigatória ou notas. Foram 12 disciplinas semestrais de aplicação, sendo dez na disciplina Psicologia Experimental Avançada I (após PGE I, II, e III), hum em Introdução à Psicologia e hum em Psicologia p/Especialização em Orientação Acadêmica. Houve semestres com baixo índice de frequência, devido à desorganização das atividades programadas e conseqüente desinteresse.

Por outro lado, chega a ser dramático o efeito educativo do sistema, na medida em que os estudantes verificam que são capazes de trabalhar seriamente, com motivação intrínseca à tarefa e com compreensão do real sentido de uma disciplina no contexto da formação profissional e não no contexto dos boletins escolares.

.....

A inércia da instituição universitária é algo difícil de ser alterado. Entra semestre, sai semestre, e as normas, prazos, currículos e hábitos se repetem acriticamente e, inclusive, avessos à crítica e fóbicos às mudanças.

Como devemos agir doravante se pretendemos comprometer a escola com a educação? Como, particularmente, devemos agir no caso específico da crítica e renovação do sistema de avaliação?

Só para se ter um dado histórico, a implantação

do método personalizado de instrução na UnB foi sendo distorcida a cada semestre, primeiro com restrições de tempo, depois com a inclusão de exames finais. É verdade que os educadores que poderiam levar adiante o sistema já tinham ido embora.

Um grande defeito do PSI (Personalized System of Instruction) é estar vinculado ao abjeto e desprezível behaviorismo, para quem o homem é máquina e o comportamento pré-determinado. Um sistema a serviço do sistema.

Dessa forma, a única tentativa pedagógica baseada na qualificação máxima e não em prazos, não teve alia dos nem no sistema, nem na "inteligência".

Não quero isentar o behaviorismo de problemas e acho que o PSI é algo em aperfeiçoamento, mas o que ocorreu no Brasil foi a rejeição pura e simples. De fato, na época, os behavioristas skinnerianos (auto-intitulados) eram também intragáveis na sua luta santa contra as concepções metafísicas que impregnavam a psicologia. Hoje creio que já estamos mais preparados para compreender a evolução da ciência, do conhecimento e da educação como uma caminhada política, contraditória.

A análise do comportamento no Brasil hoje precisa incorporar o método dialético e ir além do princípio do reforçamento. Precisa se atualizar para poder discutir a questão educacional anterior à definição dos objetivos comportamentais.

Precisamos ocupar espaços em que possamos demonstrar clareza política e eficiência profissional em busca de uma educação com consciência de seu papel. O valor dos trabalhos de assessoramento para as instituições escolares é enorme, e já existem. É seguir por aí procurando integrar a análise do comportamento a educação e procurando aos poucos transformar a mentalidade metafísica em compreensão dialética (relacional e histórica).

A título de finalmente, é preciso ter claro que a ciência neutra foi a ciência do capitalista, a ciência engajada, que se quer, é a ciência socialista.